

GABRIEL, Maria; ALBUQUERQUE, Jeniffer Imaregna Alcantara de; BORDINI, Maria Isabel Silveira. Conjunturas políticas em contexto de migração e refúgio: um olhar glotopolítico. *ReVEL*. vol. 18, n. 35, 2020. [www.revel.inf.br]

CONJUNTURAS POLÍTICAS EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO E REFÚGIO: UM OLHAR GLOTOPOLÍTICO

Political conjectures of migrants and refugees: a glotopolitical view

Maria Gabriel¹

Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque²

Maria Isabel Silveira Bordini³

mgabriel.ufpr@gmail.com

jeniffer.albuquerque@gmail.com

belbordini@gmail.com

RESUMO: A partir de uma abordagem glotopolítica, podemos pensar a língua como instrumento político que explicita, revela e conduz ações de determinado Estado ou corpo político frente às populações de migrantes em seu território. A partir de trabalhos como os de Spolsky (2004), Shohamy (2006), Lagares (2018), Guespin e Marcellesi (no prelo), pode-se visualizar como processos explícitos e implícitos relacionados às políticas linguísticas ganham os contornos mais variados nas comunidades linguísticas estudadas. No Brasil, a política linguística se mostra ambivalente e oscila entre uma postura de hostilidade e hospitalidade. Podem-se localizar ações institucionais que, de forma fragmentada, veiculam concepções implícitas de língua que, eventualmente, resultam em políticas mais explícitas. Nesse sentido, este artigo pretende apresentar as ações promovidas pelo Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, vinculado à Universidade Federal do Paraná. Mais especificamente, pontuamos que tais ações nascem das iniciativas desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), UFPR, que desde 2013 oferece aulas de Português Brasileiro para migrantes portadores de visto de auxílio humanitário, refúgio, apátridas e/ou migrantes em vulnerabilidade social de Curitiba e região metropolitana. Apresentamos e discutimos as dinâmicas políticas que norteiam as atividades do Projeto, atravessando as seguintes questões: as concepções de língua adotadas; a construção curricular dos cursos ofertados; as atividades

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é professora e uma das coordenadoras do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária -PBMIH da UFPR.

² Doutora em Psicolinguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) nas áreas de psicolinguística, desenvolvimento linguístico de Línguas Adicionais (Português e Inglês) e formação de professores. Atualmente, coordena o Programa de Extensão Universitária Português para Falantes de Outras Línguas na UTFPR.

³ Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

desenvolvidas fora do espaço da sala de aula; os agentes envolvidos no cenário político-social em questão.

PALAVRAS-CHAVE: glotopolítica; português como língua adicional; migração.

ABSTRACT: From a glotopolitical approach, we can think of language as a political instrument that not only makes actions explicit, but also reveals and conducts them from a particular State or political body in relation to migrants' populations in its territory. Taking into account works from Spolsky (2004), Shohamy (2006), Lagares (2018), Guespin & Marcellesi (in press), it can be seen how explicit and implicit processes related to language policies gain the most varied outlines in the language communities in focus. In Brazil, the linguistic policy is ambivalent and oscillates between a hostile and hospitable attitude. Institutionalized actions may be deployed, in a fragmented way, and, therefore, convey implicit concepts of language that eventually result in more explicit policies. In this sense, this article intends to present the actions promoted by the Migration Policy Program and the Brazilian University (PMUB), linked to the Federal University of Paraná (UFPR). More specifically, we point out that such actions are born from the initiatives developed within the scope of the Brazilian Portuguese Extension Project for Humanitarian Migration (PBMIH), from UFPR, that since 2013 offers Brazilian Portuguese classes to migrants with humanitarian aid and refuge visa, stateless and / or socially vulnerable migrants from Curitiba and the metropolitan region. We present and discuss the political dynamics that guide the Project's activities, addressing the following issues: the adopted language concepts; the curricular construction of the offered courses; activities developed outside the classroom space; the agents involved in the political-social scenario in question.

KEYWORDS: glotopolitics; Portuguese as an additional language; migration.

INTRODUÇÃO

Conforme o caminho traçado por pesquisadores da área (RIBEIRO DA SILVA, 2013), a pesquisa e o pensar/agir sobre Política Linguística de forma mais robusta é relativamente recente, passando por alguns poucos trabalhos na década de 1980 (que se debruçaram, principalmente, sobre 'problemas linguísticos' de territórios recém liberados de dominação colonial); um período de ebulição, pós década de 1990 (entre debates acerca da diversidade linguística como um aspecto positivo ou negativo); chegando a uma mudança epistemológica, a partir de modelos teóricos, como o delineado por Spolsky (2004) e esquematizado por Shohamy (2006).

A partir da transição epistemológica de trabalhos como os de Spolsky (2004) e Shohamy (2006), processos explícitos e implícitos relacionados às políticas linguísticas ganham os contornos mais variados nas comunidades linguísticas estudadas. Pensando em um contexto mais específico, a política linguística que aparece de forma fragmentada, diluída em projetos e programas de acolhimento a migrantes estrangeiros em situação de refúgio, acolhida humanitária e/ou em vulnerabilidade social (de forma mais implícita), acaba por dar origem a sinais ainda tímidos de políticas mais explícitas, conforme será discutido por este texto.

O cenário acima delineado introduz a problemática trazida por este texto, que se preocupa em abordar as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), enquanto Instituição de Ensino Superior que possui projetos de acolhimento a migrantes, como o PBMIH (Português Brasileiro para Migração Humanitária), a partir da compreensão de que ao se falar de políticas, em especial políticas linguísticas e planejamento linguístico, se fala em ações, gestões e intervenções (FARACO, 2019). Dada a complexidade dos fluxos migratórios da contemporaneidade, enfatizamos a importância de se descrever e analisar as ações organizadas pela UFPR, dado que essas fazem parte de um ciclo que retroalimenta intervenções nos mais diversos eixos da sociedade.

De forma a encaminhar a reflexão acima proposta, a metodologia desta discussão parte dos pressupostos bakhtinianos de que a linguagem é ação e de que toda enunciação inevitavelmente opera um ato de valoração. Nesse sentido, a realidade linguística desponta como uma esfera fundamental quando se trata da inserção e da negociação identitária de comunidades migrantes em outras sociedades. Para tanto, entendemos que a glotopolítica pode operar como uma lente que olha para os indivíduos presentes no processo migratório e possibilita um entendimento mais aproximado da espiral de ações que nascem de micropolíticas.

Para encaminhar tais ideias, este texto está organizado de forma que, primeiro, serão apresentados alguns conceitos relacionados à política linguística e glotopolítica (na seção a seguir). Após, serão descritas as ações da UFPR enquanto Instituição de Ensino Superior que atua em políticas de acolhimento a migrantes (na terceira seção). Por fim, são apresentadas algumas considerações finais.

1 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: UM OLHAR GLOTOPOLÍTICO SOBRE O CONTEXTO MIGRATÓRIO

Os estudos de política linguística vêm se apresentando, recentemente, como um recorte epistemológico com crescente autonomia dentro dos estudos linguísticos. A partir deste recorte, uma possível abordagem é a da Glotopolítica, que, na formulação de Guespin e Marcellesi (no prelo), pretende "englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político".

Como recupera Ribeiro da Silva (2013), em artigo que reconstrói a trajetória dos estudos desenvolvidos dentro dessa abordagem, pode-se dizer que,

contemporaneamente, estes surgem a partir da década de 1960, analisando as atividades de planejamento linguístico nos países da África e da Ásia recém liberados de dominação colonial. Esses países, em linhas gerais, se deparam com uma significativa heterogeneidade linguística (e étnica) e com a tarefa de alçar uma das línguas ou variedades linguísticas à condição de língua nacional. Assim, os postulados dos quais partem os estudos de política linguística nesse período são: 1) a diversidade linguística constitui um problema para as nações em desenvolvimento; 2) as línguas são passíveis de modernização (isto é, de atualização, no sentido de descrição, padronização e atualização lexical, para que possam cumprir novas tarefas sociais que lhes são dadas); 3) cabe ao linguista propor, com base em parâmetros científicos, soluções para os problemas dessas comunidades. Posteriormente, vai ocorrer uma crítica a essa abordagem inicial, supostamente mais técnica, em que os estudos linguísticos se colocam como ferramenta para resolver disputas de natureza política, pois em alguma medida essa primeira abordagem reforçaria o monolingüismo (encarando o fenômeno da variação linguística como um problema a ser resolvido), as relações de hegemonias e os conflitos étnico-sociais.

Diante dessas questões que se colocam já na origem dos estudos de política linguística, Ribeiro da Silva (2013), a partir de Ruíz (1988), vai apresentar três visões conflitantes da língua, quando se tratam das atividades de planejamento linguístico: língua como problema (noção com que os pesquisadores da área de política linguística inicialmente têm que lidar), língua como direito (uma abordagem crítica que surge na área, dados os questionamentos acerca da instrumentalização dos estudos linguísticos, tal como anteriormente mencionado) e língua como recurso (uma formulação crítica que vem na sequência, propondo a ideia de que a diversidade linguística constitui um recurso a ser explorado social, política e economicamente).

Mais contemporaneamente, Ribeiro da Silva (2013) apresenta, a partir de autores como Tollefson (1981; 1988; 1991) e Schiffman (1996), a compreensão de que a tarefa central dos estudos da área de política linguística seria desenvolver uma teoria capaz de explicitar os mecanismos por meio dos quais os processos de política linguística interagem com outras forças histórico-estruturais que atuam na formação das comunidades de usuários de uma língua e na determinação dos padrões estruturais de uso dessa língua.

Ou seja, o que se propõe na área de política linguística, especialmente nas abordagens iniciais, é o estudo da interação entre o que é do nível mais estrutural da língua, os fenômenos de natureza histórico-social e as atividades de gestão da língua. As atividades de política ou planejamento linguístico estão sempre, fundamentalmente, associadas a uma cultura linguística, isto é, às representações e crenças de uma comunidade acerca de sua língua. Daí se depreende a centralidade de um conceito como o de imaginário linguístico para estudos dessa natureza. Trata-se de um conceito cuja definição pode-se considerar relativamente aberta, diante do que iremos retomar a sistematização proposta por Shohamy (2006) (apud RIBEIRO DA SILVA 2013), que formaliza um modelo teórico para a descrição das políticas linguísticas em funcionamento nas sociedades contemporâneas, as quais podem se dar em níveis de maior ou menor formalização, sendo portanto de natureza explícita ou implícita e se dispendo em formatos progressivamente institucionalizados. Como propõe Spolsky (2004):

(...) a política linguística existe mesmo naqueles contextos em que ela não foi explicitada ou estabelecida oficialmente. Muitos países, instituições e grupos sociais não têm uma política linguística formal, de modo que a natureza de sua política linguística deve ser derivada a partir do estudo de suas práticas e crenças linguísticas. Mesmo naqueles contextos em que há uma política linguística formal, seu efeito nas práticas linguísticas não é garantido nem consistente (SPOLSKY, 2004, p. 08).

Nesse sentido, as práticas, representações e gestões são os elementos que devem ser levados em conta quando se vai discutir, estudar ou propor políticas linguísticas. Dado o caráter extremamente heterogêneo das políticas linguísticas, deve-se analisar cada caso para saber o que está em jogo, em busca de generalizações sempre que possível. Shohamy (2006) hierarquiza e sistematiza esses elementos da seguinte forma: a partir de certas representações (as ideologias, se quisermos) derivam (isto é, delas derivam) as regras e regulações, a educação linguística, o espaço público da língua, as crenças e mitos acerca da língua. A partir disso nascem, então, as políticas linguísticas de fato.

Com essa hierarquização fica clara a primazia que as questões de poder (do macro e micro) têm quando se trata de política linguística. Quando se propõe alguma gestão da língua é sempre em função de representações sobre a língua, sejam elas implícitas ou explícitas. A gestão linguística mais interessante (e mais difícil de ser

abordada) talvez seja não a explícita (institucionalizada em instrumentos normativos), mas a implícita. Daí a importância, por exemplo, de estudos, ainda incipientes na área, que investiguem isso que se está chamando de imaginário linguístico. Pois as representações da linguagem que se dão nesse nível também determinam, por vezes de modo fulcral, as práticas tomadas no uso da língua. Como aponta Ribeiro da Silva (2013):

As representações se referem às ideologias sobre a língua(gem) que subjazem às políticas, enquanto as práticas linguísticas se relacionam à ecologia linguística de uma região e focalizam as práticas que, de fato, ocorrem na comunidade, independentemente da política linguística oficial. Essas práticas podem confirmar a política linguística oficial ou contrariá-la. O gerenciamento linguístico, por sua vez, refere-se às ações específicas que objetivam manipular o comportamento linguístico de uma dada comunidade. (RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 312)

No que diz respeito ao objeto específico deste trabalho, a abordagem glotopolítica também disponibiliza diversas ferramentas epistemológicas interessantes para se pensar uma série de questões envolvidas no fenômeno migratório, especialmente no da migração forçada. Isso se dá na medida em que o viés glotopolítico permite tratar, especificamente, da interface entre a realidade linguística e as dinâmicas de ordem política, interface que se revela crucial não só para se pensar mas, eminentemente, para se propor ações nos contextos de migração forçada. Partindo do já mencionado pressuposto bakhtiniano de que a linguagem é ação e de que toda enunciação inevitavelmente opera um ato de valoração, a realidade linguística desponta como uma esfera fundamental quando se trata da inserção e da negociação identitária de comunidades migrantes em outras sociedades.

Isto é, pode-se por exemplo pensar a língua, a partir de uma abordagem glotopolítica, como um instrumento político que explicita, revela e conduz ações de determinado Estado frente às populações de migrantes em seu território. A título de exemplificação, a recente normativa (já revogada) do Estado brasileiro, que incluiu entre os critérios para concessão da naturalização brasileira a aprovação dos requisitantes no exame Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), enuncia uma política migratória com tendências de imposição de uma hegemonia cultural, bem como um reforço do imaginário monolingüístico no que se refere ao Português Brasileiro. Sem falar na própria restrição ao acolhimento legal de pessoas em situação de migração forçada e refúgio que essa exigência acarretou.

Em contrapartida, enunciando uma política migratória distinta, podemos mencionar a criação do visto de auxílio humanitário (hoje denominado visto de acolhimento humanitário), criado pelo governo Brasileiro em 2012 especialmente para regulamentar a situação dos migrantes haitianos, cujo fluxo aumentou consideravelmente nos últimos anos, devido ao terremoto que devastou o país em 2010. Segundo dados da Secretaria Nacional de Justiça, 58 mil haitianos ingressaram no Brasil entre janeiro de 2010 e junho de 2015. Esse tipo de medida, a criação de um visto específico para contemplar uma população que não se encaixava nas condições para concessão de visto de refúgio, por exemplo, enuncia, por sua vez, uma política migratória inclusiva e em sintonia com princípios humanitários.

O mecanismo para concessão de refúgio, por seu turno, nos apresenta uma outra sobreposição interessante entre os âmbitos linguístico e político, dado que o reconhecimento da condição de refugiado está condicionado à autodeclaração do solicitante de que é pessoa em situação de refúgio. A lei brasileira que rege o mecanismo do refúgio (Lei n. 9.474 de 1997) considera como refugiado todo indivíduo que sai do seu país de origem devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou, ainda, devido a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos no seu país de origem. Para solicitar refúgio no Brasil é preciso estar presente em território nacional e procurar uma Delegacia da Polícia Federal ou autoridade migratória na fronteira e solicitar expressamente o refúgio, para adquirir a proteção do governo brasileiro. O estrangeiro que solicita refúgio no Brasil não pode ser deportado para fronteira de território onde sua vida ou liberdade estejam sob ameaça. Contudo, apesar de o Estado brasileiro se comprometer, por esse instrumento legal (a lei de Refúgio), a prestar proteção às pessoas que se encontrem nas situações descritas, a exigência de que o solicitante de refúgio enuncie, numa língua que não é a sua e num campo discursivo (o jurídico) que ele não necessariamente domina, a sua condição de refugiado acaba instalando, na prática, uma situação de violência simbólica e, em casos mais graves, cerceamento de direitos.

Nesse sentido, pode-se falar numa política migratória nacional ambivalente, que se alterna entre a hospitalidade e a hostilidade. Na letra da lei, enuncia-se como uma política de hospitalidade, pois, além da Lei n. 9.474/1997, em virtude da qual o Estado se compromete ao reconhecimento da condição de refúgio, a Constituição de

1988 reconhece a concessão do asilo político como um dos objetivos fundamentais da República (conforme o artigo 30, inciso X). Além disso, o Brasil se compromete com uma política migratória de hospitalidade a partir de dois instrumentos normativos internacionais dos quais é signatário: a Convenção da ONU de 1951, que instituiu o Estatuto dos Refugiados, e a Convenção Americana de Direitos Humanos (também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica) de 1969, que consagra o direito de solicitar e receber refúgio (vide artigo 22, incisos 7 e 8⁴). Desse modo, no plano normativo, o nível de compromisso do Estado brasileiro em relação ao estrangeiro é bastante forte. Na prática, contudo, o modo como essas previsões normativas são implementadas revela significativos entraves a uma real política de hospitalidade. Pois o fato é que, dado que a primeira autoridade migratória brasileira com que o estrangeiro indocumentado se depara é a Polícia Federal, muitas vezes o que se dá é uma prática de cerceamento ou mesmo criminalização da migração que evidentemente contrasta com a política de acolhimento expressa em nosso ordenamento jurídico. Isso porque, no nível procedimental, os agentes da Polícia Federal agem com significativo grau de discricionariedade, negando solicitações de refúgio e deixando de encaminhá-las ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare), instância responsável pela análise, tramitação e decisão sobre procedimentos de solicitação de refúgio. Desse modo, revela-se um conflito entre a prática de agentes da Polícia Federal, estribados em prerrogativas e dispositivos legais que versam sobre questões de segurança nacional, e uma política migratória em tese baseada no compromisso com a acolhida humanitária e com o princípio da hospitalidade.

Feito este panorama, em síntese podemos afirmar que uma abordagem glotopolítica permite, num primeiro momento, identificar o elemento político imbricado em ações que incidem sobre a língua. Mas possibilita também, num trânsito de mão dupla, analisar, a partir das diversas interações político-sociais, de que maneira a língua se constitui como ação valorativa, isto é, de que modo a linguagem é, sempre, uma instância de intervenção política.

⁴ Os dispositivos mencionados enunciam:

7. Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos e de acordo com a legislação de cada Estado e com os convênios internacionais.

8. Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação por causa da sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas.

Cabem, ainda, algumas considerações sobre o fluxo migratório mais recente em direção ao Brasil, de modo a contextualizarmos de maneira mais concreta as questões que serão abordadas. Observa-se um aumento geral constante nos fluxos migratórios e, dado que nos diz respeito particularmente, na migração no sentido Sul-Sul. Segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) intitulado "Tendências Globais" (Global Trends), divulgado em junho de 2015, o número de pessoas em deslocamento pelo globo por conta de guerras e conflitos estava na casa dos 60 milhões. Alguns falam mesmo numa crise humanitária, dado que o número de refugiados hoje é o maior desde a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, contabiliza-se que haja hoje 8,5 mil refugiados reconhecidos, cifra que não inclui todo um contingente de pessoas a quem a condição de refúgio não é reconhecida e/ou que não preenchem os critérios para tal reconhecimento, ainda que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso dos migrantes venezuelanos, recentemente aportados de maneira expressiva, por conta da crise político-econômica em seu país de origem.

Quanto à população reconhecida em situação de refúgio pelo Estado brasileiro, verificam-se mudanças recentes em sua composição. Se antes a maioria daqueles a quem esse estatuto era atribuído compunha-se de colombianos (por conta do lamentável e prolongado conflito entre exército, guerrilha e grupos paramilitares que martiriza aquele país), hoje a maioria dos portadores do reconhecimento da condição de refúgio no Brasil são sírios, vítimas do conflito que assola seu país nos últimos anos. Dado esse cenário, focalizaremos a exposição e a discussão de questões que tocam o âmbito da migração forçada, do refúgio, da acolhida humanitária e das disputas políticas que dão configuração a esses assuntos. Faremos isso a partir de uma perspectiva glotopolítica e apresentando um contexto específico, qual seja, o Programa de Extensão Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), da Universidade Federal do Paraná, particularmente um dos principais projetos que se desenvolve sob sua alçada, o Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH). As ações desenvolvidas hoje no âmbito do PMUB se dão sob a tutela direta da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, instalada na Universidade Federal do Paraná pelo ACNUR.

Vale mencionar que o PMUB possui um caráter interdisciplinar, articulando as atividades de extensão universitária com organizações da sociedade civil, instâncias e órgãos públicos, atuando criticamente em relação à política migratória operada pelo

governo brasileiro e buscando promover o constante diálogo entre diferentes grupos e instituições. Nesse sentido, é mister pontuar que foi, em grande medida, a partir desse diálogo entre a Universidade (representada pelos agentes atuantes no PMUB) e a Administração Pública que o governo do estado do Paraná criou, em 2012 (por meio do Decreto n. 4289/2012), um Conselho Estadual de Atenção a Migrantes e Refugiados, que por sinal é tomado como modelo para outros estados da Federação. A instituição desse Conselho formaliza enquanto tarefa das autoridades locais promover o acesso às devidas políticas públicas para a população migrante.

2 AÇÕES DA UFPR

Como mencionado anteriormente, este trabalho pretende refletir sobre as (micro)políticas da UFPR frente às demandas apresentadas pela população de migrantes atendida pela Cátedra Sérgio Vieira De Mello em virtude das atividades dos projetos de extensão que compõem o PMUB. Desse modo, optamos por um olhar glotopolítico, visando mapear a heterogeneidade, a complexidade e a dinamicidade das ações, agentes, objetivos e interações desenvolvidas neste contexto. Para tanto, esta seção está organizada de modo a descrever, cronologicamente, desde 2013, as principais ações da UFPR, com a implementação do primeiro projeto de extensão, até o momento atual, 2019, com a consolidação das práticas e o compartilhamento das ações.

- 2013: Início das atividades do PBMH - Aulas de português voltadas para a comunidade haitiana

Em meados de 2013, o Centro de Línguas e Interculturalidade da UFPR – Celin e o curso de Letras da UFPR foram convidados pela Prefeitura de Curitiba para uma reunião juntamente com a ONG Casla (Casa Latino Americana) e a Associação de Haitianos (presidida pela haitiana Laurette Bernardin). A reunião objetivava a apresentação da demanda de cursos de português para a população haitiana que se encontrava em Curitiba e região metropolitana. A partir dessa demanda, congregaram-se os seguintes agentes: o curso de Letras da UFPR com o apoio de Celin; a Associação de Haitianos - fundamental para identificação do perfil e design do curso ofertado (horários e dias de aula, duração, temáticas abordadas, variante do português adotada

etc.); e a comunidade discente que se voluntariou para ministrar as aulas (na primeira chamada, 40 alunos do curso de letras da UFPR se prontificaram), incluindo, neste momento, estudantes do ensino técnico integrado da UTFPR. A partir da mobilização de tais agentes se iniciaram, aos sábados à tarde, nove turmas de português para migrantes haitianos.

- 2013: Assinatura do Termo de Parceria e Cooperação com o ACNUR - Cátedra Sérgio Vieira de Mello

Paralelamente ao início das aulas de português, em 27 de setembro de 2013, o professor José Antônio Peres Gediél, do curso de Direito da UFPR, juntamente com a reitoria da UFPR, assinou o termo de parceria e cooperação com o ACNUR, instaurando a Cátedra Sérgio Vieira de Mello. O convênio visa o envolvimento da universidade nos temas relacionados à migração e o refúgio. Ademais, a Cátedra almeja promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro desta temática. Além de priorizar o trabalho direto com os refugiados em projetos extensionistas, dentro das três linhas de ação: educação, pesquisa e extensão.

- 2014: Início dos Projetos de extensão: Direito, Psicologia e Informática

Após a primeira experiência dos cursos de português ministrados no final de 2013, se observou que somente as aulas de português não seriam suficientes para atender as demandas apresentadas no chão da sala de aula. Para tanto, buscou-se formar parcerias e fomentar a instauração de outros projetos de extensão que pudessem contribuir com o trabalho realizado nas aulas de língua. Desse modo, a implementação de outros projetos de extensão teve por objetivo ampliar as ações voltadas ao tema dos fluxos migratórios e favorecer a permanência de cidadãos estrangeiros, buscando, junto à comunidade e suas organizações, reformulações e o estabelecimento de (micro)políticas públicas que possibilitem um diálogo respeitoso e efetivo, respondendo aos anseios dessa comunidade. Dessarte, cada projeto começou a atuar junto à comunidade migrante, dentro da sua área de especialidade, mas em parceria com os demais projetos, por exemplo, o PBMIH acolhia os migrantes recém-chegados, ministrava os cursos de português e, a partir da convivência e da escuta em sala de aula, encaminhava-se o aluno migrante ao projeto do curso de Direito, da Psicologia etc.

- 2014: Desenvolvimento da Metodologia e Material didático - Ampliação do Público Atendido

Ainda no que concerne às atividades do PBMIH, após as primeiras turmas ministradas em 2013, notou-se que a metodologia e o material didático utilizado no Celin, e cedido ao PBMIH nesse primeiro momento, não contemplava a heterogeneidade, a dinamicidade e as especificidades da comunidade atendida. Por conseguinte, criou-se um grupo de estudos e um curso de formação voltado ao ensino/aprendizagem de português em contexto de refúgio e migração. Essas ações objetivaram o desenvolvimento de uma metodologia própria, denominada Porta-Giratória⁵, e a criação de materiais didáticos autênticos voltados especificamente às necessidades da população atendida. Além disso, iniciaram-se as turmas de português voltadas para a comunidade síria, iniciativa que visava implementar as ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, ao promover o acolhimento de cidadãos portadores de visto de refúgio, radicados em Curitiba devido aos conflitos armados no Oriente Médio. Atualmente, o PBMIH possui 16 turmas (do nível básico ao avançado), com 20 alunos em cada turma, de mais de 22 nacionalidades diferentes⁶.

- 2014: Núcleo de Integração PBMIH

Seguindo a premissa de escuta e de diálogo com a comunidade atendida, criou-se o Núcleo de Integração PBMIH. Essa ação também é desenvolvida pelo corpo docente e discente do curso de Letras da UFPR, cujos componentes atuam como professores voluntários no projeto. O Núcleo almeja o desenvolvimento de atividades culturais que, por um lado, auxiliem na divulgação das culturas dos países das comunidades atendidas e, por outro, possibilitem a ocupação e a circulação dessa população em locais de cultura e lazer da cidade (Curitiba), proporcionando, ainda, uma sensibilização da comunidade local. Para tal, desde de 2014, o Núcleo já promoveu

⁵ Uma vez que a população atendida é constituída por pessoas que estão em deslocamento forçado e que chegam a todo momento ao país, o formato tradicional de curso não atenderia essa especificidade. Para tanto, desenvolvemos uma metodologia que intitulamos “porta-giratória” que consiste basicamente em uma aula que abre e fecha nela mesma e que prevê a entrada e/ou a saída de um aluno em qualquer momento. Para uma discussão mais aprofundada, ver Cursino, Albuquerque, Figueiredo Silva, Gabriel e Anunciação (2016).

⁶ O maior contingente atendido ainda é de cidadãos haitianos, seguido por cidadãos venezuelanos e, posteriormente, por sírios. Contudo, devido a dinamicidade e complexidade dos fluxos migratórios o perfil dos alunos é alterado constantemente. Assim, o PBMIH tem acolhido pessoas provenientes de diversos países, a saber: Argélia, Argentina, Bolívia, Camarões, Colômbia, Congo, Cuba, Egito, El Salvador, Gana, Haiti, Iraque, Líbia, Marrocos, Nigéria, Peru, República Democrática do Congo, República Dominicana, Síria e Venezuela.

diversas ações culturais, entre elas: a) visita a museus; b) a campanha “Somos todos Migrantes⁷”; c) edições do evento “Literatura de Refúgio” – ação que lança mão de textos literários declamados no original (pelos migrantes) e em traduções (pelos alunos de Letras/UFPR) para abordar e problematizar a temática do refúgio e migração - é mister ressaltar que essa ação, normalmente, é realizada fora dos muros da Universidade; d) a campanha “Vozes e cultura na UFPR: Ser Migrante⁸” com apresentação cultural no Teatro Guaíra; e) a 7ª edição da revista TOM da UFPR⁹ - “Andanças: travessias da migração e do refúgio”; f) festas de encerramento com apresentações culturais dos alunos em cada final de semestre, dentre outras iniciativas.

- 2014: Edital Reingresso

Respondendo aos compromissos firmados com o ACNUR para promover e apoiar refugiados e migrantes com políticas de inclusão social, afirmação da cidadania e respeito aos direitos humanos, a Cátedra Sergio Vieira de Mello-UFPR conseguiu aprovar junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) a Resolução nº 13/14-CEPE¹⁰. Essa resolução objetiva a reinserção de migrantes portadores de visto ou solicitação de refúgio e de acolhida humanitária, que tenham iniciado cursos de graduação em instituições de ensino superior no estrangeiro, nos cursos de graduação da UFPR. Em sua última edição (2018/2019), o edital possibilitou a reinserção de 29 migrantes, de oito países diferentes, em 15 cursos distintos de graduação da UFPR.

- 2014: Plano Estadual e Dia de Mobilização dos Direitos Humanos

Em 2014, o governo do estado do Paraná, por meio do Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes, formulou um Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, com vigência para os anos de 2014 a 2016. O plano, que se desdobra em metas, prazos e indicação orçamentária, foi elaborado a partir da iniciativa de organizações da

⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k6_JFO83Xl8

⁸ Essa campanha ocorreu dentro das atividades da semana do migrante e uma dessas ações resultaram em um vídeo que está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L-1krZoll8M&t=5s>

⁹ Disponível em: https://issuu.com/tom_ufpr/docs/tom7

¹⁰ Para visualizar a última versão do edital (2018-2019), acesse: <http://www.prograd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/Edital-Migrantes-e-Refugiados.pdf>

sociedade civil que atuam com a realidade Migratória, de Refúgio e Apatridia, as quais demandaram ao Poder Público a promoção e a efetivação da defesa dos direitos desse público. Dentre essas organizações partícipes destacou-se a Universidade Federal do Paraná, por meio dos projetos de extensão que compõem a Cátedra Sérgio Vieira de Melo. O Plano foi elaborado por ocasião da I Conferência Estadual sobre Migrações e Refúgio do Paraná, em março de 2014, organizada pelo Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes do Paraná, da qual participaram setores do governo e da sociedade civil, incluindo membros da comunidade da UFPR atuantes na Cátedra. O Plano se estrutura em seis eixos temáticos, a partir dos quais se desdobram as ações propostas: Educação; Família e Desenvolvimento Social; Saúde; Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Segurança Pública e Trabalho.

- 2015: PMUB – Política Migratória e Universidade Brasileira

A partir do trabalho em conjunto desenvolvido em 2014 pelos projetos de extensão dos cursos de Letras, Direito, Psicologia, Ciência da Computação e a adesão, em 2015, dos cursos de Sociologia e História, optou-se pela implementação de um programa de extensão que agregasse todos os projetos. Desse modo, a criação de um programa de extensão com um caráter nitidamente interdisciplinar tem por meta o estreitamento das relações, o fortalecimento e a articulação das atividades de extensão universitária com organizações da sociedade civil, instâncias e órgãos públicos que trabalham com política migratória, promovendo um diálogo permanente e efetivo entre diferentes grupos da comunidade, além das instâncias e órgãos internos da própria UFPR.

- 2016: Acolhimento Acadêmico

Após a primeira edição do Edital de Reingresso, seguindo uma esteira de constante diálogo com os migrantes, se identificou a necessidade da criação de um protocolo¹¹ de acolhimento linguístico e acadêmico. Esse protocolo tem por finalidade minimizar as adversidades e os obstáculos enfrentados pelos migrantes recém inseridos na comunidade acadêmica da UFPR. Por conseguinte, o PMUB, desde a segunda edição do Reingresso, implementou um protocolo de humanização no processo de inscrição

¹¹ Enfatizamos que o termo protocolo aqui utilizado engloba as articulações/ações tal qual um programa, i.e., não se trata apenas de um mero documento isolado, que protocola o processo de inserção acadêmica, mas de um conjunto de ações que envolve diversos agentes (setores, pró-reitorias, departamentos, cursos, técnicos/servidores etc).

junto à PROGRAD (Pró-reitora de Graduação e Educação Profissional) e ao NAA (Núcleo de Assuntos Acadêmicos). Tal protocolo inclui treinamento e sensibilização dos técnicos administrativos, além do estabelecimento do contato e acolhimento por parte dos secretários, coordenadores e alguns professores (Tutorias) dos cursos envolvidos em cada edição do edital. Ademais, se promove um curso de acolhimento linguístico e acadêmico, no qual os alunos, antes do início do ano letivo, são expostos ao português brasileiro acadêmico e aos principais gêneros acadêmicos praticados na graduação. Além disso, como atividade do curso, os alunos são apresentados através de visitas guiadas e palestras ao sistema bibliotecário, de transporte, de saúde (Casa 2 e Casa 3) e, principalmente, ao sistema de apoio à permanência do estudante na UFPR. Assim, juntamente com a PRAE (Pró-reitora de Assuntos Estudantis), os alunos em fragilidade econômica tomam conhecimento e são cadastrados nos programas de auxílios da UFPR – PROBEM, Material Pedagógico, PROMISAES, apoio a eventos e apresentação de trabalhos etc.

- 2017: Pequenos do Mundo - Turmas das Crianças

Seguindo o trabalho de escuta às demandas apresentadas pela comunidade migrante, averiguou-se que as migrantes mulheres, que frequentavam as aulas de português promovidas pelo PBMIH, muitas vezes faltavam por não terem com quem deixar os filhos ou, quando os traziam, as crianças ficarem irritadas e/ou estressadas com o “confinamento” na turma dos adultos decorrente da falta de atividades e espaço adequado. Sendo assim, o PBMIH, em parceria com o projeto do curso de Psicologia, montou uma sala, denominada "Pequenos do Mundo", especificamente para receber as crianças. O "Pequenos do Mundo" objetiva a criação de um espaço lúdico e seguro para que as crianças migrantes possam desenvolver atividades recreativas e culturais enquanto os pais cursam as aulas de português.

- 2018: Preparatório para o Celpe-Bras

Em decorrência da Portaria Interministerial do Governo Federal n. 11¹² (Cap.1 Artigo 5), de 3 de maio de 2018 (atualmente revogada), que estabelecia a comprovação da capacidade de se comunicar em língua portuguesa através da aprovação no exame

¹² Para visualizar o documento completo, acesse: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/naturalizacao/PORTINTERN11DE03.05.18DOU.pdf>

Celpe-Bras entre os critérios exigidos para naturalização, as Cátedras Sérgio Vieira de Mello de diversas universidades, inclusive da UFPR, começaram um trabalho coletivo para alteração dessa determinação por entender que o exame não era o mais adequado¹³ para o procedimento. Entretanto, enquanto não se conseguia a alteração da portaria, e buscando atender as necessidades dos migrantes, o PBMIH ofertou um curso preparatório para o exame, voltado aos migrantes com visto de refúgio e acolhida humanitária. A turma deste preparatório contou com 10 alunos, tendo sido quatro deles aprovados no Celpe-Bras.

- 2018: Edital de Ingresso

Em consonância com os termos cimentados na implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, com os resultados obtidos com os editais de Reingresso (2014/2015, 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019) e com o protocolo de acolhimento linguístico e acadêmico, o PMUB conseguiu, por unanimidade, a homologação no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPR da Resolução n. 63/18–CEPE¹⁴. A resolução objetiva a disponibilização de 10 vagas remanescentes para qualquer curso de graduação e, em parceria com o Núcleo de Concurso-UFPR (NC-UFPR), a elaboração de um processo seletivo anual voltado especificamente a refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes com visto de acolhida humanitária. Em sua primeira edição (2018/2019), o edital proporcionou a inserção de 10 migrantes, de cinco países diferentes, em 10 cursos da UFPR.

- 2019: Entrelaços

Trata-se de ação desenvolvida com mulheres migrantes e refugiadas que residem em Curitiba e Região Metropolitana e que são alunas do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH). O objetivo da ação é fortalecer laços afetivos e culturais, partilhar experiências e acolhê-las de maneira generosa e criativa. A ação, que também conta com a participação de integrantes da Psicologia, é

¹³ O exame Celpe-Bras é um exame de proficiência complexo pensado para estrangeiros que querem comprovar sua proficiência em Português Brasileiro-PB, principalmente com a finalidade de inserção acadêmica. Por consequente, dificilmente um migrante que não possui domínio de vários gêneros e variantes orais e escritas do PB conseguiria certificação. Assim, o processo de naturalização desconsideraria cidadãos que possuem capacidade de se comunicar no dia a dia, mas que não passaram por um processo formal de ensino, nem no seu país de origem nem no Brasil.

¹⁴ Para visualizar a Resolução n. 63/18), acesse: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/cepe-63-18-vagas-suplementares-migrantes.pdf>.

promovida pela Cátedra Sérgio Vieira de Melo da UFPR por meio do PBMIH em parceria com o curso de Design da Universidade.

- 2020: *Ressonâncias*, Revista de Materiais Didáticos

Desde 2014, os professores do PBMIH (docentes e discentes de Letras dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPR) elaboram materiais autênticos para os cursos ofertados pelo projeto. Esses materiais são elaborados e impressos toda semana, levando em consideração as especificidades da comunidade atendida, os acontecimentos recentes e os anseios/interesses dessa população. Por consequência, o PBMIH está no processo de elaboração de uma revista digital de material didático, revista *Ressonâncias*, como recurso educacional aberto, voltado a migrantes em contexto de migração forçada e refúgio. A criação dessa revista de materiais educacionais abertos objetiva o compartilhamento e a possibilidade de implementação de cursos de português brasileiro em outros espaços e instituições, uma vez que o compartilhamento dos materiais usados no âmbito do projeto é uma demanda crescente à Cátedra Sergio Viera de Mello. A primeira edição de *Ressonâncias* teve seu lançamento em março de 2020, em evento que contou com conferência do professor doutor Carlos Alberto Faraco. Pode-se consultar a primeira edição no seguinte endereço: <https://issuu.com/ressonancias>

- 2020: Materiais informativos sobre a COVID-19

No contexto da epidemia de COVID-19, e dada a suspensão das atividades presenciais do PBMIH, elaborou-se um conjunto de materiais a respeito do tema, voltados ao público migrante, visando facilitar o acesso à informação neste momento de distanciamento físico. O conteúdo pode ser acessado no seguinte endereço: <https://www.pbmiuhufpr.com/>

- 2020: Certificado de Capacidade de Comunicação

Com a substituição do Artigo 5, do Capítulo 1, da mencionada Portaria Interministerial nº 11 de 3 de maio de 2018, pela Portaria Interministerial nº 16 de 3 de outubro de 2018, a qual flexibiliza a possibilidade de comprovação da capacidade de comunicação em língua portuguesa, o PBMIH, em parceria com o Núcleo de Concursos da UFPR, está elaborando um processo que certifica a capacidade de comunicação em língua

portuguesa nos termos da lei. Para tanto, objetiva-se a criação de uma certificação que visa contemplar a população migrante com visto de refúgio e acolhida humanitária, possibilitando a certificação de migrantes que possuem a capacidade de comunicação em língua portuguesa, mas não passaram por um processo formal de ensino.

O Quadro 1 sintetiza as ações supramencionadas:

Quadro 1: Principais ações desenvolvidas pela UFPR de 2013 a 2020.

Ano	Ação	Agentes
2013	Início das atividades do PBMIH - aulas de português	Prefeitura de Curitiba; ONG Casla (Casa Latino Americana); Centro de Línguas e Interculturalidade – Celin/UFPR; Docentes do Curso de Letras-UFPR; Discentes do Curso de Letras-UFPR; Associação de Haitianos.
2013	Assinatura do Acordo de Cooperação ACNUR - Cátedra Sérgio Vieira de Melo	Docentes do Curso de Direito-UFPR; Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados –ACNUR; Reitoria da UFPR.
2014	Início dos Projetos: Direito; Ciência da Computação; Psicologia.	Docentes e Discentes do Curso de Letras-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Direito-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Psicologia-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Ciência da Computação-UFPR.
2014	Aulas de português – Sírios e outras nacionalidades; Grupo de Estudos e Curso de Formação; Porta Giratória; Desenvolvimento de material didático.	Docentes do Curso de Letras-UFPR; Discentes do Curso de Letras-UFPR.
2014	Núcleo de Integração PBMIH	Docentes do Curso de Letras-UFPR; Discentes do Curso de Letras-UFPR.
2014	Edital de Reingresso	Integrantes dos projetos que compõem a Cátedra Sérgio Vieira de Melo (Docentes e Discentes do Curso de Letras-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Direito-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Psicologia-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Ciência da Computação-UFPR); Integrantes do CEPE.
2015	Dia de Mobilização dos Direitos Humanos	Integrantes do PMUB; Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Ano	Ação	Agentes
		do Paraná (SEJU); Governo do Estado; Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes do Estado do Paraná (CERM), Ordem dos Advogados do Brasil-PR (OAB), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Casa Latino-Americana em Curitiba (CASLA), CÁRITAS, Pastoral do Migrante - Centro de Atendimento ao Migrante (CEAMIG).
2015	Formação do PMUB	Docentes e Discentes do Curso de Letras-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Direito-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Psicologia-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Ciência da Computação-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Ciências Sociais-UFPR.
2016	Acolhimento Acadêmico	Integrantes do PMUB (Docentes e Discentes do Curso de Letras-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Direito-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Psicologia-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Ciência da Computação-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Ciências Sociais-UFPR); PROGRAD; NAA; PRAE Técnicos Administrados, coordenadores e professores de diversos cursos da UFPR.
2017	Turma das Crianças	Docentes e discentes do Curso de Letras-UFPR; Docentes e discentes do Curso de Psicologia-UFPR.
2018	Turma de Preparatório para o Celpe-Bras	Docentes do Curso de Letras-UFPR; Discentes do Curso de Letras-UFPR.
2018	Edital de Ingressos	Integrantes do PMUB que compõem a Cátedra Sérgio Vieira de Melo (Docentes e Discentes do Curso de Letras-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Direito-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Psicologia-UFPR; Docentes e Discentes do Curso de Ciência da Computação-UFPR; Docentes e

Ano	Ação	Agentes
		Discentes do Curso de Ciências Sociais-UFPR); CEPE; PROGRAD; NAA; PRAE; NC-UFPR; Técnicos Administrados, coordenadores e professores de diversos cursos da UFPR.
2019	Entrelaços	Docentes do curso Design e Psicologia - UFPR; Docente do curso de Letras-UTFPR; Discentes do curso de Letras-UFPR; Discentes do curso de Design-UFPR; Discentes do curso de Psicologia-UFPR; Discente do curso de Comunicação-UFPR.
2020	Revista <i>Ressonâncias</i>	Docentes do Curso de Letras-UFPR; Discentes do Curso de Letras-UFPR; Pesquisadores de diversas instituições, que atuam na área do Português como Língua Adicional; Colaboradores das áreas de Design, Psicologia, História e Informática.
2020	Materiais Informativos	Docentes dos cursos de Letras, Design da e Psicologia da UFPR e Letras da UTFPR; Discentes do curso de Design, Comunicação, Psicologia e Letras da UFPR.
2020	Certificação de Capacidade de Comunicação em Português Brasileiro	Docentes e Discentes do Curso de Letras-UFPR; Docentes do Curso de Direito-UFPR; NC- UFPR.

Todas as ações descritas na seção 3, as quais foram sintetizadas no Quadro 1, demonstram o que Spolsky (2004) e Shohamy (2006) mencionam em relação à fragmentação das políticas explícitas e das políticas implícitas. No cenário atual dos processos migratórios, principalmente no Brasil, as políticas linguísticas parecem acontecer de modo que se identifica um hibridismo, uma linha tênue entre o que seriam ações características de uma política linguística explícita (partindo de leis, regulamentações, protocolos, editais etc.) e de uma política implícita (cursos de formação, materiais de apoio didático etc.). Nesse sentido, seria possível dizer que, de

acordo com a proposta esquematizada por Shohamy (2006), as ações da UFPR já se iniciaram, em 2013, de forma hibridizada, guiadas por políticas implícitas e explícitas. Embora o acolhimento aos migrantes tenha partido das aulas ministradas por docentes e discentes da UFPR (a partir de uma demanda da sociedade civil), a reunião para o atendimento da demanda foi convocada pela Prefeitura de Curitiba, que representa um órgão que opera em um nível macro na sociedade, sendo responsável pela outorga de leis e medidas que poderiam atender um número bastante amplo de migrantes. Enfatizar que o início das ações nasce de um cenário híbrido entre políticas explícitas e implícitas significa não só constatar os caminhos pelos quais tramitam(ram) diversas ações dentro da UFPR na acolhida aos migrantes, mas também em diversos projetos e programas semelhantes ao redor do Brasil. Como será discutido nas considerações finais, a hibridização presente no nascimento de tais ações pode possuir um impacto negativo e positivo, de hospitalidade e hostilidade (conforme já apontado na seção 2 deste texto).

De maneira complementar, existem ações da UFPR que podem ser caracterizadas como oriundas de políticas explícitas, como a assinatura do Termo de Parceria e Cooperação com o ACNUR (2013), o início dos editais de Reingresso (2014) e Ingresso (2018) e o Certificado de Capacidade de Comunicação em Português Brasileiro (2019). No entanto, é importante frisar que tais ações só emergiram a partir das micropolíticas e das ações de políticas implícitas geridas ao longo dos anos de acolhimento aos migrantes. Assim, é interessante observar que não parece haver um movimento linear apenas de baixo para cima (i.e., de ações do chão da sala de aula que são capazes de fomentar editais e protocolos) ou de cima para baixo (i.e., demandas como as provindas da Portaria Interministerial N. 16, de 3 de outubro de 2018); há uma movimentação em espiral, a qual é alimentada por forças internas e externas ao processo de acolhimento aos migrantes. Um exemplo da movimentação em espiral pode ser identificado no ineditismo dos editais de Reingresso e Ingresso, os quais viabilizaram que outras Instituições Ensino Superior também implementassem protocolos semelhantes em seus espaços de ensino-aprendizagem.

Entre os espaços definidos pela sociologia se encontra o do imaginário coletivo, o qual será aqui considerado via lente da glotopolítica para exemplificar os movimentos gerados na comunidade atendida (migrantes), nos agentes e na sociedade. Aponta-se, primeiro, as mudanças realizadas no imaginário linguístico nos

membros da comunidade acadêmica e de seu entorno, a partir de questões como a necessidade de realização do exame Celpe-Bras. Conforme descrito nesta seção, a Portaria Interministerial do Governo Federal n. 11 (Cap.1 Artigo 5), de 3 de maio de 2018, exigia a comprovação da proficiência linguística do migrante em Português Brasileiro a partir da realização do Celpe-Bras. Tal imposição se inscreve a partir do imaginário comum de profissionais que não possuem conexão direta com a área de linguagem e consideram a língua como estática, monolítica e dissociada do indivíduo. No entanto, tal imaginário sofreu mudanças dado o pedido de revogação gerado a partir de um esforço conjunto de agentes que atuam diretamente na acolhida dos migrantes, participantes das cátedras ligadas às Instituições de Ensino Superior.

As mudanças no imaginário linguístico também podem ser visualizadas na inserção dos migrantes no ambiente universitário, através dos editais do Reingresso e Ingresso. Nesse caso, a mudança é dupla, uma vez que os estudantes brasileiros passam a ter colegas que possuem outras línguas maternas e, portanto, outras construções de mundo e identidades que se encontram em trânsito. Assim, o português exigido para os alunos brasileiros ingressarem na universidade é distinto do da entrada dos migrantes e tal diferença nas demandas gera conflito e mudanças no imaginário de ambas as comunidades, de nativos e não nativos, i.e., a partir do encontro com o outro (sejam estes os alunos brasileiros ou os migrantes, ambos agora universitários), reformula-se a sua própria identidade e amplia-se a noção de comunidade de falantes de português.

Por fim, o projeto Pequenos do Mundo contribuiu para a extensão das práticas de acolhimento de crianças, filhos dos alunos do projeto PBMIH, e causou mudanças no imaginário linguístico do entorno das crianças. As alterações atingem os educadores (que precisam rever e adequar suas práticas de ensino-aprendizagem para integrar brasileiros e migrantes em sala de aula), as crianças (brasileiras e migrantes, que realocam seus saberes e constroem outros sobre os usos do português) e os pais (que acabam por ajustar a visão mais ou menos normativa do português às novas formas de utilização e construção de sujeito, a qual emerge da interação diária entre indivíduos de culturas distintas).

Além das mudanças no imaginário linguístico, mudanças no imaginário social também ocorreram a partir das ações performadas pela UFPR. Um exemplo é a criação do Núcleo de Integração PBMIH, o qual promove atividades de inserção cultural dos

migrantes no seu entorno. Na situação da visita aos museus, os indivíduos da sociedade civil foram colocados diante da presença de mais de 150 migrantes, que transitaram pelas exposições com eles. Muitos foram os comentários sobre o pertencimento dos migrantes àquele espaço, uma vez que em seu imaginário social, tal espaço não era ocupado por migrantes em situação de refúgio. Ao mesmo tempo, vários visitantes brasileiros paravam para explicar as obras e se ofereciam para fazer a leitura sobre a origem das obras, procurando se aproximar do outro que, no fim, era ele mesmo.

A partir de uma lente como a glotopolítica, foi possível que se observasse que a necessidade inicial e constante de acesso à língua (neste caso o Português Brasileiro) provocou ações da/na UFPR enquanto instituição de ensino da/pela sociedade civil, as quais caminharam em prol de políticas linguísticas de acolhimento aos migrantes e impactaram seus agentes (docentes e discentes, servidores, técnicos e membros da sociedade civil inseridos nas atividades culturais).

De modo a encaminhar as discussões teóricas, juntamente com o levantamento e descrição das ações da UFPR em relação ao acolhimento humanitário aos migrantes, passa-se a algumas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido ao longo deste texto, a política linguística no Brasil se move de modo não linear e contraditório, criando movimentos que ao mesmo tempo se enunciam como hospitaleiros, sejam por leis ou protocolos de atendimento a migrantes nas mais diversas situações aqui descritas, e hostis, na ação de agentes da Polícia Federal (imbuídos de discursos e narrativas sobre a possibilidade de pedidos de refúgio) ou na exigência de documentos (atestando a capacidade de comunicação em Português Brasileiro dos migrantes, sem, em geral, respaldo de processos de desenvolvimento linguístico).

Quando se procuram documentos acerca de como opera a política linguística dentro do âmbito das Instituições de Ensino Superior, não se é capaz de apontar um instrumento unificado, que tenha passado pela decisão de um conselho interdisciplinar (como se entende que tal questão deva ser tratada: inter e

indisciplinarmente¹⁵). Em geral, o que existem são fragmentos de decisões, que geralmente nascem de necessidades imediatas, sem tempo para a discussão aprofundada e com especialistas na área. Nesse cenário, emergem as micropolíticas, que procuram somar esforços para agregar agentes e realizar ações que atendam às necessidades mais imediatas e à longo prazo de comunidades como a dos migrantes estrangeiros em situação de refúgio, acolhida humanitária e/ou em vulnerabilidade social.

Conforme foi descrito na seção 3, apesar de haver, inicialmente, um maior levante de movimentos de baixo para cima (que partem de políticas implícitas), com a união de diversas áreas do conhecimento e especialistas dessas, o movimento passa a ser em ambas as direções, criando políticas linguísticas explícitas a partir de políticas implícitas estáveis e que se desdobram em ações de naturezas distintas (como pôde ser observado na descrição das ações da UFPR ao longo desses 7 anos). Especificamente, a longitudinalidade das ações demonstra, por um lado, a complexidade do processo de acolhimento local (Curitiba, região metropolitana e, em alguma extensão, outras cidades do Estado do Paraná) aos migrantes e, por outro, funciona como uma projeção do que acontece na maioria dos estados no Brasil, i.e., as forças políticas de valoração do processo de acolhimento a migrantes em âmbito nacional acabam por atravessar as ações de acolhimento humanitário locais, de maneira a reduzir seu status e valor.

Embora o pensar/agir sobre políticas linguísticas seja relativamente recente, de acordo com Ribeiro da Silva (2013), foi possível perceber o quanto ações como as performadas pela UFPR representam avanços nas soluções de acolhimento imediato e a longo prazo para os vários migrantes atendidos pelas diversas atividades, editais, protocolos, cursos, certificados etc. Retomando as ideias disseminadas por autores como Tollefson (1981; 1988; 1991) e Schiffman (1996), a centralidade dos estudos em política linguística estaria em desvelar os mecanismos através dos quais os processos de política linguística acabam por interagir com os aspectos histórico-estruturais que atuam nas comunidades. De modo bastante resumido, a trajetória das ações da UFPR auxilia no entendimento de como se dá a formação da nova comunidade de usuários

¹⁵ O termo “indisciplinar” aqui utilizado se associa com obras como a de Moita Lopes (2006), na qual diversos autores tecem considerações sobre a complexidade e não-linearidade dos estudos em linguística aplicada. Explicita-se que se trata de uma linguística que se volta para o sujeito e suas relações com o mundo e que não se prende à nenhuma disciplina em específico, mas se relaciona holisticamente com diversas áreas do conhecimento, sempre com um olhar crítico, como é, também, a perspectiva da glotopolítica.

do Português Brasileiro e na determinação de como tais indivíduos passam a se relacionar com a língua que lhes dá acesso a bens materiais (trabalho, alimentação, moradia, por meio da aquisição monetária) e a bens simbólicos (cultura, educação, convivência etc.). Tal análise foi possível a partir de um olhar da glotopolítica, a qual desvelou o elemento político (aliado às ações que incidem sobre a língua) e evidenciou como as diversas ações de acolhimento realizadas por uma Instituição de Ensino Superior se apresentam como valorativas e como instâncias de intervenção política.

Assim como as ações na/pela/através da língua são sempre instâncias de intervenção política, elas são constantemente afetadas por forças externas que interferem nos níveis mais estruturais de um país. Nessa esteira, é importante que se pontue o cenário político-econômico vivido pelo Brasil hoje e os possíveis impactos nos fluxos migratórios pelo território brasileiro. Voltando às premissas bakhtinianas, de que a linguagem é ação e de que toda enunciação inevitavelmente opera um ato de valoração, qual a valoração dada aos migrantes no momento? À sua contribuição como indivíduos atuantes na sociedade brasileira? O recente caso de revogação¹⁶ do status de refugiado de três paraguaios demonstra o que se discutiu ao longo do texto acerca das ações de hospitalidade (resguardadas por órgãos como o CONARE, procurando assegurar seus direitos enquanto indivíduos) e de hostilidade (apresentadas pelo governo brasileiro que os intitulou “terroristas”). Travestidas de ações em prol da permanência no país, a exigência de exames como o Celpe-Bras (cuja criação não se baseia no uso atual que diversos órgãos fazem) são marcas iniciais de ações contrárias à permanência e acolhida aos migrantes, passando a vigorar como ações de deportação e criminalização.

Analisar a trama das políticas linguísticas a partir de um olhar da glotopolítica em relação ao contexto do acolhimento de migrantes não é algo trivial. Para além das questões aqui descritas e analisadas, existe o movediço terreno do presente, das forças político-econômicas que procuram marginalizar ainda mais o migrante e criminalizá-lo em um território que o “acolheu”. A mutabilidade das leis, protocolos, pedidos, concessões gera insegurança e demanda novas ações dos agentes envolvidos no processo de acolhimento humanitário. É possível que se crie uma analogia sobre a

¹⁶ A notícia se encontra disponível no site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/23/governo-brasileiro-cancela-refugio-concedido-a-tres-paraguaios-acusados-de-sequestro.ghtml>. Acesso em 25 de julho de 2019.

instabilidade dos fluxos migratórios no país e a posição na qual a personagem Alice (de *Alice no País das Maravilhas*) se encontra. Em colóquio com a lagarta, que lhe pergunta - “quem é você? ”, Alice oferece a seguinte resposta “Eu... eu mal sei, *Sir*, neste exato momento... pelo menos sei quem eu era quando me levantei esta manhã, mas acho que já passei por várias mudanças desde então.” A impressão que se tem é que há um momento de relativa estabilidade (consoante ao imaginário da cordialidade brasileira) em relação à nossa identidade enquanto país que acolhe, de povo hospitaleiro, mas que logo se esvai em meio a pedidos negados, atitudes hostis, políticas de criminalização na/pela língua. As mudanças, de fato, são várias ao longo do dia, principalmente quando não se tem um direcionamento favorável, do governo do país, que ampare as ações de política linguística realizadas por instituições e seus agentes.

Espera-se que as reflexões aqui realizadas possam contribuir com os estudos em política linguística, mais especificamente, dentro da visão da glotopolítica, provocando ações (como as da UFPR) capazes de movimentar as forças no cenário político atual no que diz respeito ao contexto migratório da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

CAROLL, Lewis. *Alice - Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho e o que a Alice encontrou por lá*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2010.

CURSINO, Carla; ALBUQUERQUE, Jeniffer; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; GABRIEL, Maria; ANUNCIACÃO, Renata Mendonça de. Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): reflexões linguísticas e pedagógicas para o ensino de PLE em contexto de migração e refúgio. In: RUANO, B. P.; SANTOS, J. P.; SALTINI, L. (Orgs.) *Cursos de Português como Língua Estrangeira No Celin-UFPR: práticas docentes e experiências em sala de aula*. Curitiba: Editora UFPR, 2016, pp. 287-334.

FARACO, Carlos A. *Glotopolíticas*. Curitiba: UFPR, 2019. (Comunicação oral em sala de aula, 26/02/2019).

GUESPIN, Louis & MARCELLESI, Jean-Baptiste. Defesa da Glotopolítica (trad. Marcos Bagno). In: SAAVEDRA, M.; PEREIRA, T.; LAGARES, X.C. (orgs.). *Glotopolítica e práticas de linguagem*. Niterói: Editora da UFF (no prelo).

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. 1a. ed. v. 1. São Paulo: Parábola, 2006.

RIBEIRO DA SILVA, Elias. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em linguística aplicada*, 52.2: 289-320, jul./dez., 2013.

RUÍZ, R. Orientations in Language Planning. In: McKay, S. L.; Wong, S.-L. C. (eds.). *Language diversity: problem or resource?* Boston: Heinle & Heinle Publishers, 1988, pp.3-25.

SCHIFFMAN, H. F. *Linguistic culture and Language Policy*. London: Routledge, 1996.

SCHIFFMAN, H. F. Language Policy and linguistic culture. In: Ricento, T. (ed.). *An introduction to Language Policy: theory and method*. Malden: Blackwell Publishing, 2006, pp. 111-126.

SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. London: Routledge, 2006.

SPOLSKY, Bernard. Language practices, ideology and beliefs. And management and planning. In: SPOLSKY, Bernard. *Language policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 1-15.

TOLLEFSON, J. W. Centralized and decentralized language planning. **Language problems and Language Planning**, v. 5, n. 2, pp. 175-188, 1981.

TOLLEFSON, J. W. Covert policy in the United States Refugee Program in Southeast Asia. **Language problems and Language Planning**, v. 12, n. 1, pp. 30-43, 1988.

TOLLEFSON, J. W. *Planning language, planning inequality: Language Policy in the community*. London: Longman, 1991.

Recebido em 7 de julho de 2020.

Aceito em 11 de setembro de 2020.